

PROJETO DE LEI Nº. 141 / 2025

Autor: Vereador Geferson dos Santos,

"Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.394, de 14 de dezembro de 2016, que institui o Programa "A Hora do Produtor", e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O § 3º do art. 16 da Lei Municipal nº 1.394, de 14 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Os serviços a serem executados pelo presente programa não terão limite de horas por propriedade, podendo o produtor rural realizar o serviço completo de cascalhamento, patrolamento ou quaisquer outros serviços dentro de sua propriedade, observadas as condições e possibilidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural."

Art. 2º - Fica acrescido o **§ 5º ao art. 17** da Lei Municipal nº 1.394, de 14 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

"§ 5º Fica assegurado aos Presidentes de Associações Rurais legalmente constituídas no Município o direito à execução gratuita de até dois tipos de serviços anuais em sua propriedade rural, por meio do Programa 'A Hora do Produtor', observada a disponibilidade de máquinas e o calendário de atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e desde que os mesmos apresentem cópia de ata de reuniões devidamente aprovada pela maioria dos sócios."

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do art. 19.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé, 23 de outubro de 2025.



Mensagem Justificativa

Ilustre Mesa Diretora,

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por objetivo modernizar e ampliar os benefícios do Programa "A Hora do Produtor", instituído pela Lei Municipal nº 1.394/2016, eliminando o limite de horas para serviços agrícolas e garantindo maior autonomia ao produtor rural para execução integral das obras de melhoria em suas propriedades, tais como cascalhamento, terraplanagem e patrolamento.

A alteração atende à **realidade atual da produção rural do município**, permitindo que o agricultor realize o serviço completo, sem interrupções burocráticas, e assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos e na utilização do maquinário público.

Além disso, a inclusão de benefício aos **Presidentes de Associações Rurais**, com direito a **dois serviços gratuitos anuais**, reconhece a importância da liderança comunitária rural no desenvolvimento das atividades agrícolas e no fortalecimento do associativismo.

Trata-se de medida justa, equilibrada e de impacto direto na melhoria da **infraestrutura das propriedades rurais**, no **incremento da produção agropecuária** e no fortalecimento da economia local.

Diante do exposto, **solicita-se o apoio dos nobres pares** para aprovação deste projeto, em benefício da transparência, do planejamento e da gestão democrática da educação municipal.

Edifício José Benedito Clemente, aos 23 de outubro de 2025.

Geferson dos Santos Presidente / CMSFG